

O ENSINO DE ARTE E A BNCC: IMPLICAÇÕES PARA A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art education and the BNCC: implications for teacher practice in basic education

Cibele de Souza Alcântara

Mestre em Letras

Escola Estadual Doutor Garcia de Lima

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9819-2379>

cibele.alcantara@educacao.mg.gov.br

Artigo recebido em jun/2026 e aceito em jul/2026

RESUMO

O presente artigo pretende refletir e discutir acerca do ensino de Arte na educação básica, conforme a proposta prevista pela BNCC. Iremos analisar o referido documento e discutir os erros e acertos percebidos desde a sua recente implementação, que alcançou sua totalidade no final do ano de 2021. O objetivo será avaliar a viabilidade das propostas curriculares frente à realidade das escolas públicas e relativas à formação do profissional docente. Como suporte teórico, será feita uma breve revisão bibliográfica sobre o tema. Autoras que tradicionalmente têm discutido o ensino de Arte no Brasil, como Ana Mae Barbosa (2014) e Rosa Iavelberg (2018), trazem luz à discussão, ampliando o debate aqui proposto. O presente trabalho se propõe a analisar de forma mais específica o ensino de Arte no Estado de Minas Gerais, cujo currículo referência é baseado na BNCC, e também analisando suas peculiaridades como: carga horária, espaços físicos e materiais disponíveis para a execução do trabalho docente à luz da BNCC. Para melhor conhecer a realidade do ensino de Arte em Minas Gerais, foi feita uma pesquisa quantitativa direcionada a professores de Arte da rede estadual mineira de ensino. A pesquisa foi feita através de formulário com perguntas relevantes quanto à formação dos professores, a percepção dos alunos frente à disciplina, a viabilidade da BNCC na realidade da educação mineira, entre outros questionamentos. A partir do resultado da pesquisa será possível elucidar algumas questões anteriormente levantadas e ao mesmo tempo, trazer mais questionamentos dentro do universo tão complexo que é o ensino de Arte na escola regular.

Palavras-chave: Ensino de Arte; BNCC; Minas Gerais.

ABSTRACT

This article aims to reflect on and discuss the teaching of Art in basic education, according to the proposal outlined by the BNCC (National Common Curricular Base). We will analyze this document and discuss the perceived successes and shortcomings since its recent implementation, which was fully realized at the end of 2021. The objective is to evaluate the viability of the curricular proposals in light of the realities of public schools and the training of teaching professionals. As theoretical support, a brief bibliographic review on the subject will be conducted. Authors who have traditionally discussed Art education in Brazil, such as Ana Mae Barbosa (2014) and Rosa Iavelberg (2018), bring light on the discussion, expanding the debate proposed here. This work specifically aims to analyze the teaching of Art in the State of Minas Gerais, whose reference curriculum is based on the BNCC, while also examining its peculiarities such as class hours, physical spaces, and materials available for the execution of teaching work in accordance with the BNCC. To better understand the reality of Art education in Minas Gerais, a quantitative research study was conducted with Art teachers from the state educational network. The research was carried out through a questionnaire with relevant

questions regarding the teachers' training, students' perceptions of the subject, the viability of the BNCC in the context of Minas Gerais education, among other inquiries. The results of the research will elucidate some previously raised issues and, at the same time, bring more questions within the complex universe of Art education in regular schools.

Keywords: Teaching of Art; BNCC; Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

O ensino de Arte no Brasil, que já passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, tenta se firmar e se padronizar a partir de documentos oficiais, norteadores da Educação. Como foi o caso dos PCN na década de noventa e mais recentemente com a BNCC. É bastante válido que o ensino no Brasil esteja sempre sendo discutido e repensado, criando novas diretrizes para seu aperfeiçoamento e resultados mais expressivos que possam ser percebidos tanto em avaliações de âmbito nacional quanto internacionais, e sobretudo, na melhoria de vida da sua população. Por mais que a BNCC busque atualizar parâmetros e melhorar a qualidade de ensino, algumas escolhas podem não parecer totalmente eficientes, e é justamente o que a prática de suas instruções vem a nos mostrar no cotidiano do ensino de Arte.

Para delimitar nossa pesquisa sobre o ensino de Arte, o presente trabalho se dedica a compreender melhor sua aplicabilidade na rede de ensino pública de Minas Gerais, analisando suas peculiaridades como formação profissional, carga horária, currículo e outras legislações vigentes. Verificando a normatização e a prática docente, percebemos desafios e inconsistências na legislação. Se por um lado, documentos como a BNCC buscam oferecer uma infinidade de conhecimento e experiências artísticas, a realidade escolar pode trazer um choque bastante contundente aos professores de Arte. A fim de conhecer melhor a realidade do ensino Mineiro no que tange à disciplina Arte, além da leitura do Currículo Referência de Minas Gerais, da Resolução nº 4692 de 2021 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das escolas em Minas Gerais, iremos expor o resultado de uma pesquisa quantitativa direcionada a professores de Arte da rede estadual de Ensino de Minas Gerais. Tais resultados ajudarão a elucidar alguns questionamentos sobre o ensino de Arte, e levantar mais indagações que poderão ser futuramente melhor exploradas em novas pesquisas.

2. ENSINO DE ARTE E DOCUMENTAÇÃO VIGENTE: INDAGAÇÕES

O ensino de Arte no Brasil hoje se norteia pela Base Nacional Comum Curricular, que começou a ser elaborada em 2015 e sendo gradualmente implementada a partir de 2019, com prazo até o fim do ano de 2021 para sua total adoção. Antes da BNCC, o documento que regia o ensino no Brasil era o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), criado em 1997. Podemos apontar como semelhança

entre os dois documentos, os ideais propostos por Ana Mae Barbosa, sendo que nos PCN usam-se os termos “fazer, fruir e refletir” e na BNCC “criação, expressão, estesia, fruição, crítica e reflexão”, conforme observa Iavelberg:

[...] verificamos que tanto os PCN como a BNCC, apesar de o fazerem de formas diversas, orientam-se por ações de aprendizagem relacionadas à Abordagem Triangular, defendida pela Prof^a. Ana Mae Barbosa, nos anos de 1980 (Iavelberg, 2018, p. 76).

Porém, algo chama a atenção de Iavelberg (2018), que aponta para diferenças significativas quanto ao número de páginas atribuídas à disciplina Arte na BNCC e no PCN, notadamente menor no documento mais recente. Fato que suscita questionamentos quanto à qualidade do seu conteúdo. A BNCC por apresentar-se como um documento menor, por consequência, orienta de forma menos detalhada o que deverá ser trabalhado em cada ano. Se para outras disciplinas a instrução é bem clara quanto ao que deverá ser ensinado para um ano específico (6º ano, por exemplo), no caso da disciplina Arte as habilidades são as mesmas para um bloco de anos (1º ao 5º ano, 6º ao 9º ano, por exemplo). Essa falta de especificação deixa o professor de Arte confuso quanto ao que deverá ser ensinado em cada ano e assim compromete o objetivo de ser uma base curricular comum, visto que sua apresentação supõe um grande “cardápio” de possibilidades desconexas que deverão ser repetidas ao longo dos anos de cada segmento escolar. Tal postura demonstra que a BNCC não se empenhou em nortear o ensino de Arte de modo factível e claro aos professores.

Analisando o caso do ensino em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG) elaborou um documento norteador das disciplinas baseado na BNCC, que vem a ser o Currículo Referência de Minas Gerais, que aborda as habilidades propostas para todas as disciplinas da grade curricular do Ensino Fundamental e Médio. Posteriormente, também elaboraram um planejamento anual para todas as disciplinas, que é disponibilizado no início do ano letivo aos professores e gestores.

No caso específico da disciplina Arte, o trabalho do currículo mineiro se debruça a distribuir os temas propostos pela BNCC de forma mais específica. Mencionando o que deve ser trabalhado em cada ano, contemplando sempre as cinco habilidades artísticas: Artes visuais, dança, teatro, música e artes integradas. O que na prática não resolve a delimitação do tema a ser trabalhado, uma vez que as mesmas habilidades se repetem ao longo dos anos, cabendo ao professor sempre fazer essa curadoria das temáticas, trabalhando mais que professores de outras áreas que já tem o conteúdo bem delineado ano a ano.

Sobre o Currículo Referência de Minas Gerais da disciplina Arte, cabe citar pontos para reflexão:

A BNCC trata das quatro linguagens do componente Arte de forma articuladas e, por isso, o Currículo Referência de Minas Gerais orienta garantir que os estudantes tenham direito de

acesso às quatro linguagens do componente. Assim, caberá a cada uma das redes, posteriormente, orientar como será a organização nas escolas e a formação continuada dos professores para que esse direito do aluno seja garantido (Minas Gerais, 2018, p. 526-527).

Ao mesmo tempo em que o currículo mineiro visa assegurar o ensino das quatro linguagens artísticas, ele percebe o desafio e lança a responsabilidade para as escolas e à formação continuada de seus professores, para que possam minimamente dominar todas essas linguagens. O referido documento reconhece que há uma parcela do corpo docente que não está habilitada para lecionar Arte (citando inclusive os pedagogos que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental), e pensando em todas essas circunstâncias, ressalta:

Contudo, este currículo também foi pensado nessas especificidades e peculiaridades regionais, e não alterou a sugestão da BNCC que possibilita uma maleabilidade dos objetos de conhecimento a serem trabalhados de acordo com os anos de escolaridade. O que se sugere, contudo, é que em cada uma das linguagens haja um aprofundamento gradativo da complexidade das habilidades a serem trabalhadas, à medida que o estudante avance nos anos de escolaridade, respeitando a área de formação do docente e seu desenvolvimento pedagógico (Minas Gerais, 2018, p. 528).

Tal afirmação leva a crer que os documentos exijam como direitos e importância tratar todas as linguagens artísticas e seus temas, mas por outro lado sugere “maleabilidade” e aponta para a formação docente, sugerindo uma possível preferência por determinada linguagem artística. A impressão que se tem, ao ler, tanto o currículo mineiro, quanto à BNCC, é que diante de tantas propostas para o ensino de Arte, no fim das contas é o professor que deverá escolher, conforme sua formação e realidade escolar, o conteúdo a ser ensinado. Algo que não faz muito sentido, visto que ambos os documentos buscam unificação e padronização do ensino.

Quanto à necessidade de se trabalhar as quatro linguagens artísticas, o Currículo Referência de Minas Gerais traz observações muito interessantes:

É desejável que as escolas estejam devidamente preparadas para o trabalho em qualquer uma das linguagens artísticas, tanto no que diz respeito à estrutura, com salas e espaços adequados, bem como no que diz respeito à materialidade, com diversidade de possibilidades de emprego por parte do docente (Minas Gerais, 2018, p. 528).

Para se trabalhar as quatro linguagens artísticas, seria realmente desejável que as escolas possuíssem estrutura física condizente para tais práticas. Salas com isolamento acústico para práticas musicais, assim como possuir instrumentos. Um teatro com palco, acústica e iluminação adequados para encenações teatrais e dança. Salas-ateliê para práticas de artes visuais, contendo materiais diversos de pintura e modelagem, dotadas com pias para higienização das mãos e instrumentos. Infelizmente, todos esses espaços mencionados são apenas um sonho distante para a realidade das escolas públicas mineiras. Ainda que existissem esses espaços, destacamos que no tempo que a disciplina Arte hoje possui na grade curricular (uma aula por semana, de 50 minutos) seriam muito pouco aproveitados pelos alunos. E ainda assim, seria necessário possuir um professor de cada

linguagem artística específica para melhor aprendizagem. É bastante lamentável que diante de uma disciplina tão rica e importante, barreiras de caráter burocrático, material, e de recursos humanos, restrinja a plena aprendizagem e apreciação dos alunos.

São muitas dificuldades vivenciadas pelos professores de Arte na rede Mineira de Ensino, e uma em particular, chama bastante atenção. Está presente na resolução 4692, publicada em 19 de dezembro de 2021:

Art. 94 – Os componentes curriculares, cujos objetivos educacionais colocam ênfase nos aspectos afetivo, social, psicomotor e desenvolvimento do protagonismo estudantil, não poderão influir na classificação e promoção dos estudantes, a saber:

I- arte, ensino religioso e educação física; [...]

Parágrafo único. Os componentes curriculares anteriormente citados deverão ter notas computadas, variando entre 60 e 100 pontos anuais e ter a frequência do estudante computada para fins de registro de vida escolar, como os demais componentes da matriz curricular (Minas Gerais, 2021, p.18).

De que adianta exigir tantas habilidades e competências de um conteúdo se no fim das contas o aluno não poderá ser reprovado (mesmo se não tiver alcançado os objetivos propostos)? A resolução acima citada está em dissonância com a BNCC e do próprio Currículo Referência Mineiro, uma vez que o componente Arte não tem como ênfase tais aspectos: afetivo, social e psicomotor; essa seria uma visão totalmente ultrapassada do que viria a ser um ensino de arte e que destoa dos currículos norteadores da disciplina. Vamos verificar uma habilidade proposta pela BNCC (e replicada no currículo mineiro): “(EF69AR08) Diferenciar as categorias de artista, artesão, produtor cultural, curador, designer, entre outras, estabelecendo relações entre os profissionais do sistema das artes visuais.” (Brasil, 2017, p. 207). A habilidade se refere a um conhecimento específico, um fato objetivo, e não como uma percepção subjetiva e afetiva. Esse é apenas um exemplo, mas as habilidades propostas pela BNCC usam verbos como: “experimentar, pesquisar, diferenciar, analisar, investigar”, sempre vinculados a conteúdos específicos, bastante objetivos, assim como qualquer outra disciplina que é passível de reprovação (ex: Matemática, Português, Geografia, entre outras), não cabendo margem a uma visão apenas emocional da arte. Destoa inclusive das formas propostas para avaliação em Arte presentes no próprio Currículo Referência de Minas Gerais (p. 532-534). Dentro dessa concepção errônea que a Resolução de 2021 propõe, um aluno que não alcançou os objetivos propostos na BNCC e que sequer fez ou entregou os métodos de avaliação propostos no Currículo Referência deverá ser aprovado com pelo menos 60 pontos (o mínimo requerido para aprovação).

Estamos diante de muitas adversidades para o ensino de Arte prosperar com assertividade em Minas Gerais. São desafios de ordem econômica (investimento em espaços e materiais), na formação

dos professores, da elaboração de currículos, de distribuição de carga horária, de avaliação, da aglutinação de quatro linguagens artísticas, e da percepção geral sobre o papel da arte na educação. Para ampliar o debate, abordaremos os resultados de uma pesquisa feita com professores de Arte da rede estadual mineira de educação. As perguntas foram feitas com base nas indagações anteriormente discutidas, e direcionadas a professores de arte de várias regiões mineiras através de um grupo em redes sociais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem quantitativa que iremos mostrar a seguir é fruto de diversos questionamentos, baseados em experiências e diálogos entre professores de arte, tanto quanto diante da leitura de textos e documentos que versam sobre o ensino da disciplina. Usando a plataforma de formulários Google, foram elaboradas 13 questões com alternativas em múltipla escolha, das quais analisaremos individualmente mais adiante. O formulário foi disponibilizado no grupo de Whatsapp “Os Tops da Arte” que possui 840 participantes, das mais variadas regiões de Minas Gerais, a se perceber através dos códigos de área dos números celulares. A pesquisa foi realizada em setembro de 2023, obtendo 42 respostas.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

A primeira pergunta presente na pesquisa foi referente à formação acadêmica dos professores de arte. Nota-se predominância de uma formação em Artes Visuais (76,2%), em segundo lugar, Música com apenas 9,5%. Podemos perceber também a presença de outras habilitações não especificadas (7,1%), além da curiosa ausência de professores formados em Dança e Teatro:

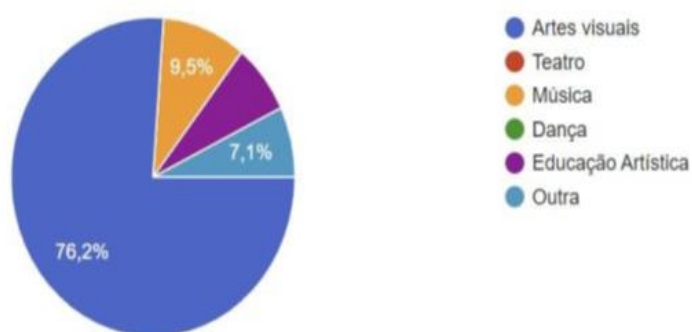


Figura 1 - Formação Acadêmica.

Fonte: produção própria da autora.

A segunda pergunta apresentada pela pesquisa versa sobre o tempo de experiência do professor no ensino da disciplina Arte. As faixas são bem variadas, mostrando desde professores iniciantes até professores com mais de 15 anos frente à disciplina:

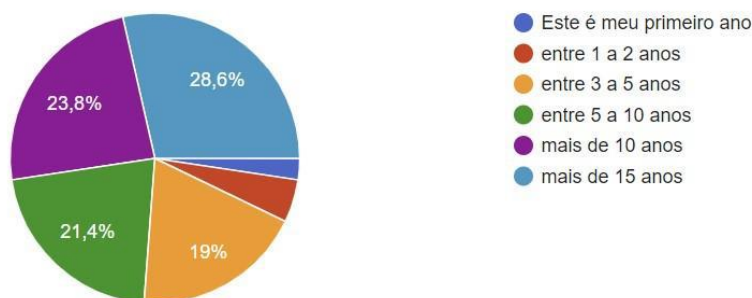


Figura 2 - Há quantos anos atua como professor de arte na rede estadual.
Fonte: produção própria da autora.

A terceira pergunta diz respeito à quantidade de turmas que cada professor possui. Aqui podemos perceber grande variação nas respostas e todas elas apontam para uma precarização do trabalho do professor de Arte. Sendo apenas uma aula semanal, um professor com um cargo completo precisa lecionar 16 aulas para turmas diferentes, gerando muito trabalho burocrático com o preenchimento de 16 diários, e correção de muitos trabalhos e avaliações. Comparando com professores de outras disciplinas, pode-se ter apenas quatro turmas (no caso de Português e Matemática, nos Anos Finais do Ensino Fundamental) ou seis turmas (no caso de Geografia ou História). Para os professores que possuem menos que um cargo completo, apesar de possuírem menos turmas, também tem o inconveniente de receberem um salário menor (correspondente ao número de aulas, sendo que cada aula possui a remuneração bruta base de R\$ 165,75 a R\$171,91). A baixa remuneração acaba forçando muitos professores a buscarem mais aulas, sendo que o máximo permitido pela SEE-MG é de 32 aulas semanais, causando um gigantesco desgaste físico e emocional para esses profissionais, contabilizando deslocamentos, trabalho burocrático e o stress de salas lotadas (em média 35 alunos por turma):

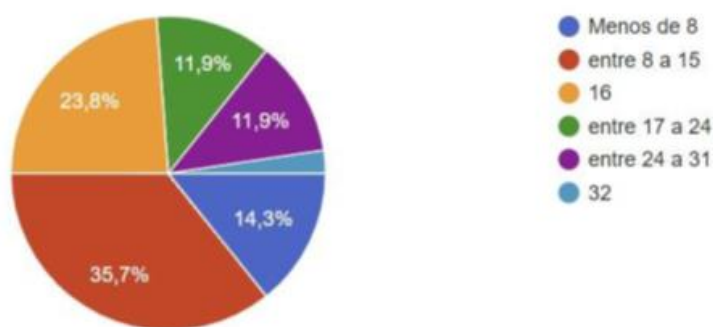


Figura 3 - Quantas turmas você possui?

Fonte: produção própria da autora.

A quarta pergunta procura entender a percepção dos alunos diante do conteúdo Arte. Mesmo possuindo pouco tempo semanal, podemos notar que há uma boa recepção da disciplina por parte dos estudantes:

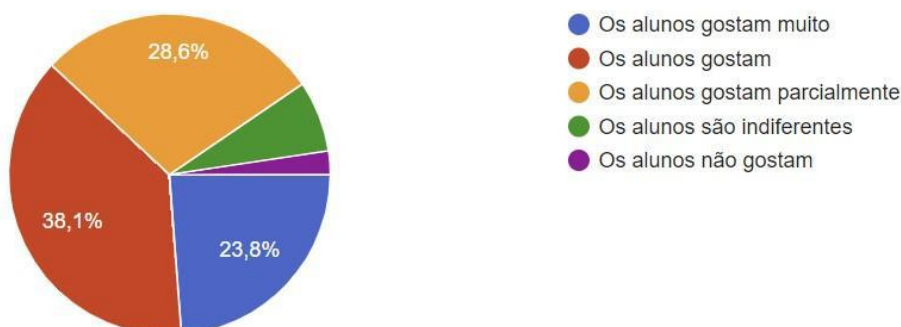


Figura 4 - Como os alunos reagem à aula de Arte?

Fonte: produção própria da autora.

A quinta pergunta diz respeito ao engajamento e empenho dos alunos frente à disciplina Arte. A fatia predominante aponta um empenho mediano, mas também é possível perceber um grande empenho por parte de 14,3%, e um empenho satisfatório de 26,2%:

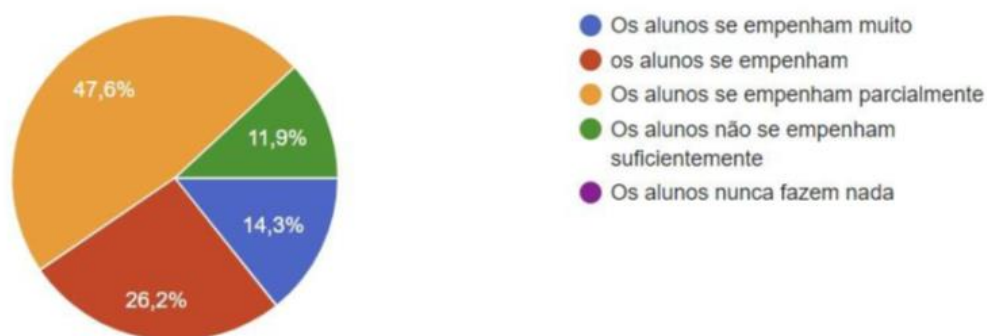


Figura 5 - O quanto seus alunos se dedicam à disciplina arte?

Fonte: produção própria da autora.

A Sexta pergunta aborda a percepção da disciplina Arte para professores de outras áreas do conhecimento e demais profissionais da equipe escolar. Aqui chama a atenção o fato de que para 40,5% dos entrevistados a disciplina Arte é tratada como sendo de pouca importância pelo corpo escolar. Ainda que outros 40,5% considerem como uma disciplina como outra qualquer, não deixa de ser muito grande a proporção de educadores que possuem uma visão distorcida da Arte na escola, demonstrando desconhecer até os documentos norteadores de ensino (BNCC e Currículo Referência de Minas Gerais, que mesmo não sendo perfeitos, reconhecem e explicitam a relevância da Arte para a Educação):



Figura 6 - Como a disciplina arte é tratada por outros profissionais da sua escola (professores de outras disciplinas, supervisão, direção)?

Fonte: produção própria da autora.

A sétima pergunta aborda sobre o uso do Planejamento fornecido pela SEE-MG. Nota-se uma predominância do seu uso seja total ou parcialmente. O que demonstra que padronização e orientação sobre o que deve ser lecionado facilita o trabalho do professor, ainda que muitas vezes a barreira do tempo (50 minutos semanais) seja um impedimento para sua total aplicação:

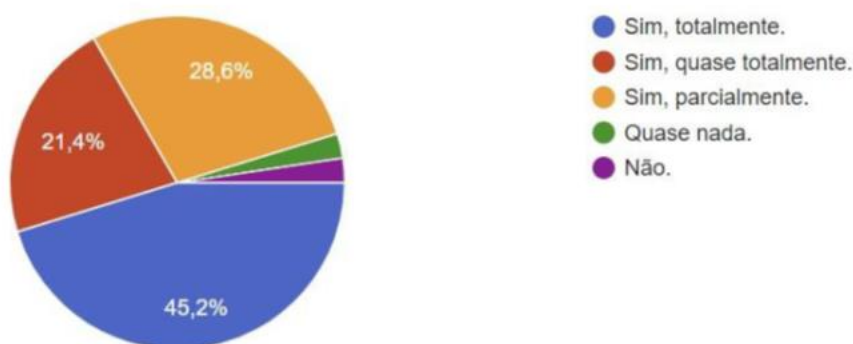


Figura 7 - Você segue o planejamento de arte sugerido pela SEE-MG?

Fonte: produção própria da autora.

A oitava pergunta busca a opinião dos professores de Arte sobre as propostas da BNCC para a disciplina. As respostas são heterogêneas, mas grande parte se divide em considerar as propostas boas ou medianas, e uma parte maior considera difícil colocá-las em prática:



Figura 8 - Qual a sua opinião acerca das propostas da BNCC para Arte?

Fonte: produção própria da autora.

A nona pergunta complementa e responde algumas questões levantadas sobre a dificuldade de se colocar em prática as propostas da BNCC, considerando a questão do tempo como a maior barreira. Somente 2,4% dos entrevistados consideram esse tempo suficiente e 9,5% um pouco suficiente. Todos os demais consideram insuficiente ou totalmente insuficiente o tempo disponibilizado para Arte.

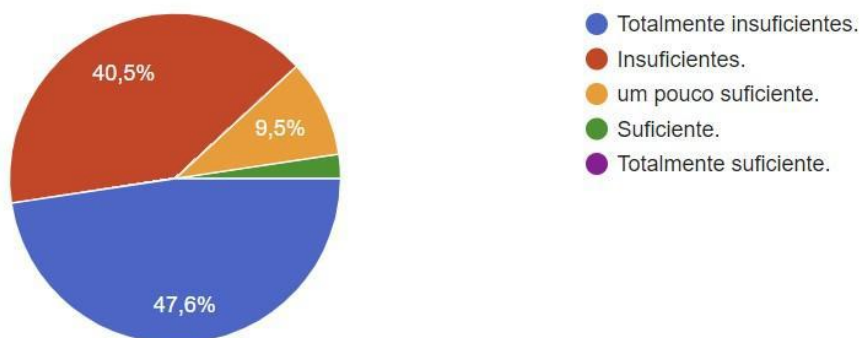


Figura 9 - Você considera o tempo de 50 minutos semanais suficientes para desenvolver as propostas da BNCC?

Fonte: produção própria da autora.

A décima pergunta aborda a demanda para se ensinar as cinco linguagens artísticas conforme determina a BNCC. Aqui refletimos sobre a percepção de preparo por parte desses profissionais, visto que a maioria é licenciada em Artes Visuais ou Música. Nota-se que a maioria se sente apenas parcialmente apta para empreender tal demanda; presume-se que grande parte dos profissionais de Arte trabalha sob uma pressão considerável ao ter que dar conta de conteúdos que não são de sua área de formação específica:

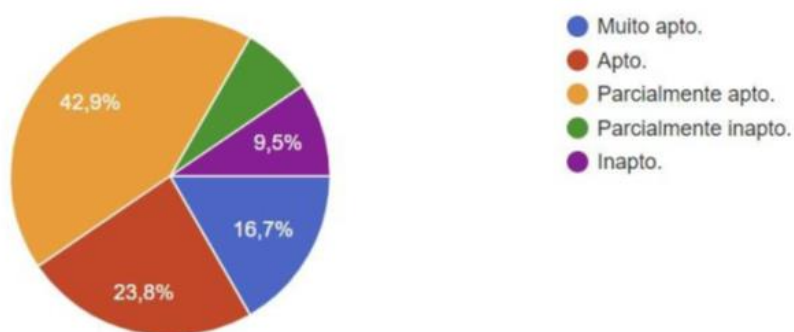


Figura 10 - Você se considera apto a lecionar as 5 linguagens artísticas propostas (Artes visuais, música, dança, teatro e artes integradas)?

Fonte: produção própria da autora.

A décima primeira pergunta questiona se há alguma tendência a se privilegiar alguma linguagem artística em detrimento de outras. Vemos aqui uma tendência a se privilegiar as Artes Visuais, que não por coincidência é a formação predominante do grupo entrevistado. Ao propor a necessidade de se ensinar cinco linguagens artísticas, mas sem assegurar que os professores tenham a formação adequada, a BNCC acaba deixando os profissionais de Arte em uma encruzilhada, e que a cada dificuldade, o caminho escolhido será o único escolhido: a linha de formação de cada profissional. Percebe-se que a proposta de múltiplas linguagens artísticas acaba se tornando utópica dentro da realidade atual, esbarrando sempre na formação e na questão do tempo semanal:

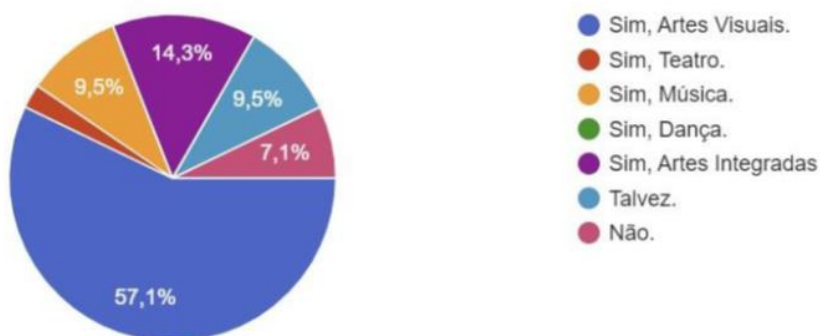


Figura 11 - Na sua prática você tende a privilegiar alguma linguagem artística?

Fonte: produção própria da autora.

A décima segunda pergunta traz para o debate o fato da disciplina Arte não ser passível de reprovação. Aqui podemos notar que essa abordagem acaba desvalorizando a disciplina por parte dos alunos e até para os demais profissionais das Escolas:



Figura 12 - Qual sua opinião sobre o fato da disciplina arte não ser passível de reprovação?

Fonte: produção própria da autora.

Por fim, a décima terceira e última pergunta aponta para possíveis soluções para uma melhoria do ensino de Arte na Rede Estadual de Minas Gerais, aqui cada entrevistado poderia escolher uma ou mais alternativas e até sugerir alguma outra possibilidade. É notável que grande parte dos entrevistados considera que o aumento da carga horária seria viável, assim como a disponibilização de salas especiais para trabalhar as linguagens artísticas apropriadamente, e até a separação das linguagens artísticas, com profissionais formados em cada área específica para melhor aproveitamento do conteúdo:

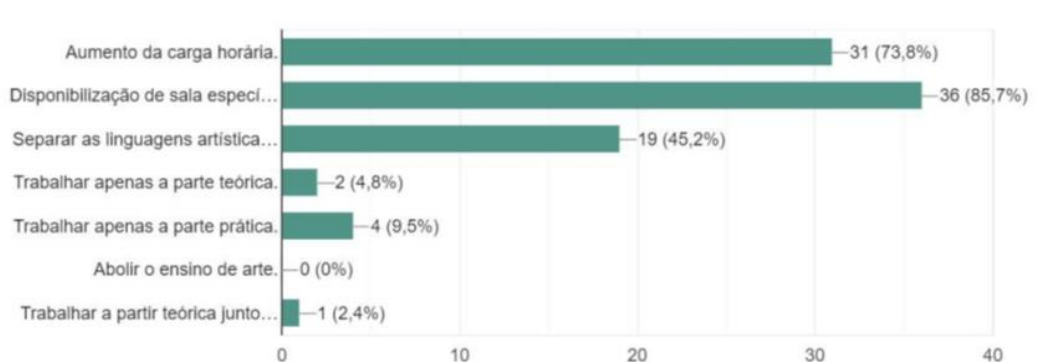


Figura 13 - O que você considera que seria positivo para a melhoria do ensino de arte nas escolas estaduais de MG?

Fonte: produção própria da autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos debruçar sobre documentos norteadores do ensino de Arte (seja a BNCC ou o Currículo Referência de Minas Gerais), esbarramos em inúmeros desafios. Ainda há bastante incompreensão sobre o conteúdo e sua relevância por grande parte de profissionais e gestores da educação. Documentos complementares como a resolução nº 4692, publicada pela SEE-MG, demonstra incoerência com as propostas da BNCC, ao considerar a arte apenas como meio de expressão pessoal, ignorando até as outras bases do tripé de Ana Mae Barbosa (fazer, fruir e contextualizar), não sendo passível de reprovação.

Para o professor de Arte, o caminho é tortuoso. Deve-se encarar o fato de possuir uma carga horária diminuta, lecionar para muitas turmas, preencher inúmeros diários, ser alvo de uma visão deturpada por parte de outros profissionais das escolas, lidar com falta de recursos materiais, espaciais e acústicos para desenvolver as habilidades propostas. Ao professor de arte também recai o peso de se ensinar sobre linguagens artísticas que escapam à sua área de atuação. Não é incomum que professores usem de seu curto tempo livre para investirem em cursos de formação complementar a fim de darem conta de tamanha demanda.

A educação pode ser sim transformadora e o ensino de arte possui diversas linguagens capazes de conquistar os alunos, desde que abordadas de maneira consistente, podendo contribuir para futuras gerações de profissionais da dança, do teatro, das artes visuais, do audiovisual ou da música. A arte não pode ser vista como algo fora da realidade, da experiência. Ela está presente em todos os extratos sociais, em todas as culturas e épocas. É importante para um povo conhecer suas tradições e também de outros povos. Criar sensibilidade para apreciar e também produzir obras artísticas. Possuir senso crítico para questionar e associar as produções que estão sendo consumidas, seja da Cultura de Massa, Arte Erudita ou Popular.

Para o Ensino de Arte no Brasil, que já passou por diversas modificações ao longo da história, desejamos que amadureça e ganhe o reconhecimento que lhe é devido. Esperamos que os governantes e responsáveis pela legislação educacional compreendam a dimensão do Ensino de Arte, que esse possa gozar de maior tempo nas grades curriculares (por que não o expandir nas grades de ensino integral e do Novo Ensino Médio, por exemplo? Que já foram tão criticados por ausência de conteúdos relevantes?), que possa contar com estrutura física apropriada, materiais adequados e também, não menos importantes, salários dignos e uma carreira atrativa para bons profissionais?

Na situação atual, resta-nos a esperança de um futuro alvissareiro para o Ensino de Arte. Enquanto esse futuro não chega, contamos com a resiliência dos professores, tão acostumados às situações adversas, de uma profissão que é uma das mais desvalorizadas do nosso país.

6. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 2014. 184p.

BORTOLUCCI, A. B. F.; VALENZOLA, J.; COLETTI, C. M. N. O ensino da Arte na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Reeduc**, v. 3, n. 1, p. 100-113, 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC: versão final, Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Arte, Ensino de primeira à quarta série, Brasília: MEC/SEF, 1997.

IAVELBERG, R. A Base Nacional Comum Curricular e a formação dos professores de Arte. **Revista Horizontes**, Bragança Paulista, v. 36, n. 1, p. 74-34, 2018.

MACEDO, E. Base Nacional Comum Curricular: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1530- 1555 2014.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

MINAS GERAIS. **Plano de Curso**: Ensino Fundamental Anos Finais. Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em: 20 set. 2023.

MINAS GERAIS. **Plano de Curso**: Ensino Médio. Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em: 20 set. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4692**. Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentosblic.%2030-12-21.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.